



## GABINETE DO PRESIDENTE

Convênio de Cooperação Mútua que entre si celebram, o ESTADO DE GOIÁS, representado pela PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO, com interveniência da SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA, via POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS-PM/GO, através do DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE GOIÁS-DETRAN/GO, e o MUNICÍPIO DE VALPARAÍSO DE GOIÁS, por intermédio da SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE - SMT, para os fins que especificam:

### CONVENIENTES

O ESTADO DE GOIÁS, representado por sua Procuradora-Geral, **JULIANA PEREIRA DINIZ PRUDENTE**, brasileira, casada, advogada, OAB/GO nº 18587, inscrito no CPF nº 895.029.161-53 e RG nº 3444298 - SSP/GO, com a interveniência da SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA, com sede na Av. Anhanguera nº 7.364, Setor Aeroviário, nesta Capital, inscrita no CNPJ/MF nº 01.409.606/0001-48, criada pela Lei nº 13.461, de 31 de maio de 1999, através de seu titular, **RODNEY ROCHA MIRANDA**, casado, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 753158/SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 317.252.101-00, residente e domiciliado nesta Capital, a POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS, com sede no mesmo endereço, inscrita no CNPJ/MF nº 01.409.671/0001-73, representada pelo seu Comandante Geral, Cel. QOPM – **RENATO BRUM DOS SANTOS**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 24385 – PM/GO, inscrito no CPF/MF sob o nº 601.375.761-53, residente e domiciliado nesta Cidade, doravante denominada PM/GO, através do DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE GOIÁS – DETRAN/GO, Autarquia estadual, com sede em Goiânia, Capital do Estado de Goiás, na Avenida Atílio Corrêa Lima, s/n.º, Cidade Jardim, CEP 74.425-901, inscrito no CNPJ sob o nº 02.872.448/0001-20, neste ato representado pelo seu Presidente **MARCOS ROBERTO SILVA**, brasileiro, casado, advogado, OAB/GO nº 31530, inscrito no CPF sob o nº 938.380.341-04, neste ato denominado DETRAN/GO e a Prefeitura do Município de VALPARAÍSO DE GOIÁS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Desembargador Dr. José Dilermando Meireles, Área Especial Norte, na cidade de Valparaíso de Goiás/GO, CEP: 72.870-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.616.319/0001-09, representada pelo Prefeito Municipal, **PÁBIO CORREIA LOPES**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 1639160 2ª Via, inscrito no CPF/MF sob o nº 816.435.861-49, através da SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE - SMT DE VALPARAÍSO DE GOIÁS/GO, representado pelo seu Superintendente, **ANTÔNIO CÉSAR DE OLIVEIRA**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 1198139/SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 490.332.041-34, residente e domiciliado naquele Município, doravante denominado VALPARAÍSO DE GOIÁS/GO, consubstanciados no Código de Trânsito Brasileiro, instituído pela Lei Federal nº 9.503/97, especialmente no artigo 25, caput, Resoluções nº 066/98, 560/2015 e 576/2016, todas do CONTRAN, com supedâneo na Lei Federal nº 8.666/93, atualizada, naquilo que couber, celebram o presente CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA, nos termos do Processo nº 201900025011770, de conformidade com as Cláusulas, ANEXOS e condições seguintes, partes integrantes deste Instrumento:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto estabelecer a cooperação dos partícipes na execução dos procedimentos que propiciem a aplicação da Lei Federal nº 9.503/1997, visando o fiel e pleno cumprimento no âmbito de circunscrição do Estado de Goiás e do Município, através do DETRAN/GO

e da **SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE - SMT DO MUNICÍPIO DE VALPARAÍSO DE GOIÁS/GO**, no qual os partícipes delegam poderes recíprocos para cumprirem as atribuições descritas no Código de Trânsito Brasileiro e Resoluções nºs 66/98, 560/2015 e 576/2016, do CONTRAN, para autuar, arrecadar e distribuir os valores provenientes da cobrança de **MULTAS** de suas competências legais (segundo os artigos 22, 23 e 24, do CTB) aplicadas por seus agentes de trânsito e/ou Policiais da Polícia Militar de Goiás, aos proprietários e condutores de veículos automotores, em virtude da infringência à Legislação de Trânsito, conforme Plano de Trabalho, ANEXO I, parte integrante deste Instrumento, independentemente de transcrição.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ATRIBUIÇÕES

- 2.1. Ao **DETRAN/GO** cumpre cadastrar nominalmente, mediante ato formal, os agentes de trânsito do Município e os policiais militares autorizados a exercer as atividades descritas na Cláusula anterior.
- 2.2. À **SMT/VALPARAÍSO DE GOIÁS/GO**, cumpre cadastrar nominalmente, mediante ato formal, os seus agentes de trânsito e os policiais militares da PM/GO autorizados a exercer as atividades descritas na Cláusula anterior.
- 2.3. À PM/GO cumpre fornecer nominalmente a relação dos policiais militares, aos Partícipes, autorizados a exercer as atividades descritas na Cláusula anterior.
- 2.4. Ao **DETRAN/GO** e à PM/GO cumprem capacitar seus agentes próprios e/ou os policiais da Polícia Militar do Estado de Goiás-PM/GO, para que sejam especializados no serviço de trânsito.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

- 3.1. De acordo com o disposto no Código de Trânsito Brasileiro CTB, em especial no seu Art. 24, compete ao **MUNICÍPIO**, por intermédio da **SMT/VALPARAÍSO DE GOIÁS/GO**;
- 3.1.1. Cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de Trânsito, no âmbito de suas atribuições e competências;
- 3.1.2. Planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e de animais e promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas;
- 3.1.3. Implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário;
- 3.1.4. Coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre os acidentes de trânsito e suas causas, nos termos do CTB e da Resolução nº 607/2016, do CONTRAN;
- 3.1.5. Executar a fiscalização do trânsito, utilizando-se de agentes próprios e/ou de policiais da Polícia Militar do Estado de Goiás-PM/GO, autuar e aplicar as medidas administrativas, por infrações previstas no Código de Trânsito Brasileiro, no exercício regular do Poder de Polícia de Trânsito, no âmbito de circunscrição do **MUNICÍPIO DE VALPARAÍSO DE GOIÁS/GO**, ficando desde já delegados poderes para que os mesmos atuem na área de competência do respectivo Município e do Estado;
- 3.1.6. Autuar e cadastrar o Auto de Infração, notificar o infrator e aplicar as penalidades das infrações de trânsito de sua competência, previstas no Código de Trânsito Brasileiro CTB, bem como, efetuar a baixa das multas quando do deferimento do recurso;
- 3.1.7. Fiscalizar, autuar e aplicar as penalidades e medidas administrativas cabíveis relativas a infrações por excesso de peso, dimensões e lotação dos veículos;
- 3.1.8. Implantar, manter e operar sistema de estacionamento rotativo pago nas vias públicas e

arrecadar valores provenientes de estada e remoção de veículos e objetos;

3.1.9 Planejar e implantar medidas para redução da circulação de veículos e reorientação do tráfego, com o objetivo de diminuir a emissão global de poluentes;

3.1.10. Vistoriar somente os veículos de transporte escolar de particulares que necessitem de autorização especial para transitar, excluídos os pertencentes à frota oficial do município ou terceirizados pelo poder público, conforme TERMO DE COMPROMISSO DE INTEGRAÇÃO OPERACIONAL, firmado entre o **DETRAN/GO** e o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS, em 24 de novembro de 2008, com poderes ora sendo delegados ao Município, através da **SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – SMT/VALPARAÍSO DE GOIÁS/GO**, com a alteração datada de 09 de maio de 2011, conforme calendário específico, nos termos dos artigos 136 a 139, do CTB;

3.1.11. Estabelecer as políticas de fiscalização, operação e orientação de trânsito que nortearão os trabalhos de seus agentes de trânsito e/ou de policiais da Polícia Militar do Estado de Goiás – PM/GO, no âmbito de sua competência;

3.1.12. Instituir a Comissão de Defesa Prévia da Notificação da Autuação pelo agente de trânsito, por Equipamento Eletrônico ou de policiais da Polícia Militar do Estado de Goiás – PM/GO, para análise da consistência do Auto de Infração, no âmbito de sua competência;

3.1.13. Instituir Juntas(s) Administrativas(s) de Recursos de Infrações – JARI(s), responsável(eis) pelo julgamento dos recursos interpostos, sempre que o Auto de Infração versar sobre a área de competência municipal;

3.1.14. Estabelecer, em conjunto com os órgãos de polícia ostensiva de trânsito, as diretrizes para o policiamento de trânsito;

3.1.15. Articular-se com os demais Órgãos do Sistema Nacional de Trânsito no Estado, sob coordenação do CETRAN;

3.1.16. Fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruídos produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido na Legislação de Trânsito, além de dar apoio, quando solicitado, às ações específicas dos Órgãos ambientais locais;

3.1.17. Restituir integralmente os valores recebidos das multas de sua competência legal (Art. 24, CTB e Resolução nº 66/98 - CONTRAN) provenientes de recursos interpostos e julgados procedentes e das multas quitadas em duplicidade;

3.1.18. Registrar e licenciar, na forma da legislação, veículos de tração e propulsão humana e de tração animal, cujos proprietários possuam residência e domicílio no **MUNICÍPIO DE VALPARAÍSO DE GOIÁS/GO**, fiscalizando, atuando, aplicando penalidades e arrecadando multas decorrentes de infrações;

3.1.19. Comunicar ao CETRAN/GO, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos da Resolução nº 560/2015, quais as atividades previstas no CTB que estão sendo delegadas, em razão do presente Convênio.

3.2. De acordo com o disposto no Código de Trânsito Brasileiro, em especial no seu Art. 22, compete ao **DETRAN/GO**:

3.2.1. Cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de Trânsito no âmbito das respectivas atribuições;

3.2.2. Realizar, fiscalizar e controlar o processo de formação, aperfeiçoamento, reciclagem e suspensão de condutores, expedir e cassar Licença de Aprendizagem, Permissão para Dirigir e Carteira Nacional de Habilitação, mediante delegação do órgão federal competente;

3.2.3. Vistoriar, inspecionar quanto às condições de segurança veicular, registrar, emplacar, selar a placa, e licenciar veículos, expedindo o Certificado de Registro e o Licenciamento Anual, mediante delegação do órgão federal competente;

3.2.4. Estabelecer em conjunto com a Polícia Militar as políticas de fiscalização, operação e

orientação de trânsito, que nortearão os trabalhos de seus agentes de trânsito e/ou de policiais da Polícia Militar do Estado de Goiás - PM/GO, no âmbito de sua competência;

3.2.5. Executar a fiscalização de trânsito através de agentes próprios e/ou da Polícia Militar do Estado de Goiás - PM/GO, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis pelas infrações previstas no Código de Trânsito Brasileiro, no exercício regular do Poder de Polícia de Trânsito, no âmbito de circunscrição do **MUNICÍPIO DE VALPARAÍSO DE GOIÁS/GO**, ficando desde já delegado poderes para que os mesmos atuem na área de competência do respectivo Município e do Estado;

3.2.6. Aplicar as penalidades por infrações de sua competência, previstas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB, cadastrar o Auto de Infração, notificar os infratores, bem como, efetuar a baixa das multas quando do pagamento ou deferimento do recurso;

3.2.7. Arrecadar valores provenientes de estada e remoção de veículos e objetos, no âmbito de sua competência;

3.2.8. Comunicar ao órgão executivo de trânsito da União a suspensão e a cassação do direito de dirigir e o recolhimento da Carteira Nacional de Habilitação;

3.2.9. Coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre os acidentes de trânsito e suas causas;

3.2.10. Credenciar órgãos ou entidades para a execução de atividades previstas na legislação de trânsito, na forma estabelecida em norma do CONTRAN;

3.2.11. Implementar as medidas da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito;

3.2.12. Promover e participar de projetos e programas de educação e segurança de trânsito de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;

3.2.13. Integrar-se a outros Órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários de condutores de uma para outra unidade da Federação;

3.2.14. Fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruídos produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido na Legislação de Trânsito, além de dar apoio, quando solicitado, às ações específicas dos Órgãos ambientais locais;

3.2.15. Articular-se com os demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito no Estado, sob coordenação do respectivo CETRAN;

3.2.16. Promover o aperfeiçoamento dos relatórios necessários ao sistema, em conjunto com o corpo técnico da **SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – SMT/VALPARAÍSO DE GOIÁS/GO**, para o ideal acompanhamento e controle dos partícipes;

3.2.17. Disponibilizar relatório mensal das multas por infrações de trânsito cadastradas, de competência do Município, no âmbito de sua jurisdição, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente;

3.2.18. Efetuar, no ato do licenciamento e/ou transferência do veículo, a cobrança das multas não pagas;

3.2.19. Cadastrar e controlar a sequência numérica dos Autos de Infrações que serão confeccionados pelo Município, nos termos da legislação;

3.2.20. Restituir integralmente os valores recebidos decorrentes de multas por infrações de trânsito, de competência do **DETRAN/GO** (Art. 22, do CTB e Resolução nº 66/98 – CONTRAN), provenientes de recursos interpostos e julgados procedentes, bem como quitados em duplicidade;

3.2.21. Instituir a Comissão de Defesa Prévia da Notificação da Autuação pelo Agente de Trânsito, por Equipamento Eletrônico ou PM/GO, para análise da consistência do Auto de Infração, no âmbito de sua competência;

3.2.22. Instituir Juntas(s) Administrativas(s) de Recursos de Infrações – JARI(s), responsável(eis)

pelo julgamento dos recursos interpostos, sempre que o Auto de Infração versar sobre a área de competência municipal;

3.2.23. Delegar poderes a **SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – SMT/VALPARAÍSO DE GOIÁS/GO** para vistoriar veículos de transporte escolar de particulares que necessitem de autorização especial para transitar, excluídos os pertencentes à frota oficial do município ou terceirizados pelo poder público; estabelecer os requisitos técnicos a serem observados para a circulação desses veículos, conforme TERMO DE COMPROMISSO DE INTEGRAÇÃO OPERACIONAL, firmado entre o **DETRAN/GO** e o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS**, em 24 de novembro de 2008, com poderes ora sendo delegados ao **MUNICÍPIO DE VALPARAÍSO DE GOIÁS/GO**, com a alteração datada de 09 de maio de 2011, conforme calendário específico, nos termos dos artigos 136 a 139, do CTB;

3.2.24. Registrar e licenciar os veículos ciclomotores, conforme redação dada pela Lei 13.154 de 2015;

3.3. Compete ao **ESTADO DE GOIÁS**, por intermédio da **SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA** e da **POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS – PM/GO**, como Órgão integrante desta:

3.3.1. Estabelecer, em conjunto com o **DETRAN/GO** e o **MUNICÍPIO DE VALPARAÍSO DE GOIÁS/GO**, através da **SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – SMT/VALPARAÍSO DE GOIÁS/GO**, as diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito, no âmbito do município;

3.3.2. Manter a operação e fiscalização ostensiva do trânsito no **MUNICÍPIO DE VALPARAÍSO DE GOIÁS/GO**, no que diz respeito às regras de trânsito estabelecidas pelo CTB, com o efetivo de campo necessário de policiais militares especializados no serviço de trânsito;

3.3.3. Comandar seu efetivo policial, obedecendo à política de orientação, operação e fiscalização de trânsito definida pelos Órgãos convenientes;

3.3.4. Autuar os infratores à Legislação de Trânsito, no âmbito do **MUNICÍPIO DE VALPARAÍSO DE GOIÁS/GO**, utilizando Autos impressos pela **SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE - SMT** e/ou pelo **DETRAN/GO**, conforme atribuição do respectivo Autuador.

3.3.5. Restituir à **SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – SMT/VALPARAÍSO DE GOIÁS/GO** ou ao **DETRAN/GO**, conforme o caso, a 1ª e a 3ª vias de todos os Autos, utilizados ou não, além daqueles porventura rasurados, sendo que o desvio de qualquer numeração implicará no descredenciamento do respectivo policial de trânsito, além de outras penalidades cabíveis ao responsável;

3.3.6. Celebrar contrato com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT) para impressão e notificação das infrações.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA DISTRIBUIÇÃO DA RECEITA

4.1. Do total dos valores das multas arrecadadas de competência legal do Município e do **DETRAN/GO**, proveniente do Convênio em pauta, será descontado 5% (cinco por cento), destinado ao Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito – FUNSET, criado pela Lei Federal nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998 e depositado em conta específica, na Instituição Financeira fornecida pelo referido Fundo.

4.2. O restante será distribuído à **SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – SMT/VALPARAÍSO DE GOIÁS/GO**, ao **DETRAN/GO** e à **PM/GO**, através do Fundo Estadual de Segurança Pública – FUNESP/SSP, instituído pela Lei Estadual nº 14.750, de 22 de abril de 2004, (para que sejam repassados à **PM/GO**), em razão da disponibilização de seu efetivo necessário ao policiamento ostensivo de trânsito, nas contas indicadas pelos partícipes junto à *Instituição Financeira autorizada*, indicada pelos Convenientes, inerente à multa, por codificação de

cada infração de trânsito cadastrada e arrecadada, na seguinte forma:

4.2.1. A **SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – SMT/VALPARAÍSO DE GOIÁS/GO** recolherá a favor do **DETRAN/GO**, o valor de R\$ 16,78 (dezesesseis reais e setenta e oito centavos), por infração de trânsito, de sua competência primitiva – aquelas descritas no CTB, cujo Auto de Infração foi lavrado pelos agentes da autoridade municipal de trânsito e/ou pelos Policiais Militares ou decorrentes de equipamentos foto eletrônicos, conforme Planilha de Custos de Serviços de Infrações - ANEXO II;

4.2.2. A **SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – SMT/VALPARAÍSO DE GOIÁS/GO** repassará à **PM/GO**, através do **FUNESP-SSP/GO**, o equivalente a 10% (dez por cento), dos valores líquidos (após dedução do valor citado no item 4.2.1 e 5.2), em razão da arrecadação com multas de trânsito de sua competência primitiva – aquelas descritas no CTB, cujo Auto de Infração foi lavrado pelos Policiais Militares, em razão da disponibilização de seu efetivo necessário ao policiamento ostensivo de trânsito, nos termos do que consta do inciso III, Art. 23, do CTB;

4.2.3. O **DETRAN/GO** recolherá à **SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – SMT/VALPARAÍSO DE GOIÁS/GO** o percentual de 10% (dez por cento), dos valores líquidos (após dedução do valor citado no item 4.2.1 e 5.2) arrecadados com multas de trânsito de sua competência primitiva – aquelas descritas no CTB, cujo Auto de Infração foi lavrado pelos agentes da autoridade municipal de trânsito, quando existentes;

4.2.4. O **DETRAN/GO** repassará à **PM/GO**, através do **FUNESP-SSP/GO**, o equivalente a 10% (dez por cento), dos valores líquidos arrecadados (após dedução do valor citado no item 4.2.1 e 5.2), com multas de trânsito de sua competência primitiva – aquelas descritas no CTB, cujo Auto de Infração foi lavrado pelos Policiais Militares, em razão da disponibilização de seu efetivo necessário ao policiamento ostensivo de trânsito.

4.3. Todos os recursos oriundos do presente Convênio deverão ser creditados, na forma da Cláusula QUARTA, automaticamente, a favor dos Convenientes, cujo relatório de arrecadação deverá ser apresentado pelo **DETRAN/GO** no mês subsequente;

4.4. A restituição do valor correspondente à multa decorrente de recurso administrativo provido ou de ação judicial procedente pelos Órgãos competentes será efetivada na totalidade, a partir do mês subsequente à decisão do recurso ou da ação transitada em julgado, pelo próprio Órgão de competência da infração de trânsito.

**CLÁUSULA QUINTA – DA ADESÃO AO SISTEMA DE NOTIFICAÇÃO ELETRÔNICA - SNE**

5.1. A **SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – SMT/VALPARAÍSO DE GOIÁS/GO** integrará o Sistema de Notificação Eletrônica do **DENATRAN**, operacionalizado pelo Serviço Federal de Processamento de Dados – **SERPRO**, via **DETRAN/GO**, conforme Contrato de Adesão nº **001/2016**, firmado entre o **DETRAN/GO** e o **SERPRO**.

5.2. Por registro de notificação no Sistema de Notificação Eletrônica (SNE), será descontado o montante de R\$ 1,58 (um real e cinquenta e oito centavos), deduzido do valor da multa a ser repassado pelo **DETRAN/GO** à **SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – SMT/VALPARAÍSO DE GOIÁS/GO**, nos termos do previsto na *Cláusula Décima Sexta do Contrato de Adesão nº 001/2016*, regulamentado pela *Portaria nº 123, de 16 de junho de 2017, do DENATRAN*.

5.3. O desconto será efetuado diariamente, (condicionado à quitação da multa), cujo relatório do quantitativo das respectivas notificações eletrônicas deverá ser anexado aos autos para posterior prestação de contas.

5.4. O custo de que trata o item 5.2, decorrente da adesão ao Sistema de Notificação Eletrônica – SNE, não exclui a incidência dos demais valores devidos pelos serviços prestados pelo **DETRAN/GO**,

descritos no Anexo II, do Plano de Trabalho deste Ajuste (itens 1 ao 17), correspondente a R\$ 16,78 (dezesesseis reais e setenta e oito centavos).

**CLÁUSULA SEXTA – DO REGISTRO NACIONAL DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO/RENAINF**

6.1. Os valores das multas arrecadadas através das notificações de penalidades expedidas pelo **DETRAN/GO**, de veículos registrados em outras Unidades Federativas, serão assim distribuídos:

6.1.1. O percentual de 0,5% (cinco cento) para o FUNSET;

6.1.2. O percentual de 10% (dez por cento) para a PM/GO, através do FUNESP-SSP/GO, dos valores líquidos (após a dedução do valor citado no item 4.2.2 e 6.1.1) cujo Auto de Infração foi lavrado pelos Policias Militares, em razão da disponibilização de seu efetivo necessário ao policiamento ostensivo de trânsito, em conformidade com o item 4.2, deste Ajuste;

6.1.3. O percentual de 10% (dez por cento) para a **SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – SMT/VALPARAÍSO DE GOIÁS/GO** dos valores líquidos (após a dedução do valor citado no item 4.2.2, 5.2 e 6.1.1) cujo Auto de Infração foi lavrado pelos agentes da Autoridade Municipal de Trânsito;

6.1.4. O restante para o **DETRAN/GO**.

6.2. Os valores das multas arrecadadas através das notificações de penalidade expedidas pela **SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – SMT/VALPARAÍSO DE GOIÁS/GO**, de veículos registrados em outras Unidades Federativas, serão assim distribuídos:

6.2.1. O percentual de 0,5% (cinco por cento) para o FUNSET;

6.2.2. O valor de R\$ 16,78 (dezesesseis reais e setenta e oito centavos por registro), para o **DETRAN/GO**, referente ao serviço prestado, conforme a Planilha de custos de serviços de infrações – ANEXO II;

6.2.3. O valor de R\$ 1,58 (um real e cinquenta e oito centavos de registro) no Sistema de Notificação Eletrônica (SNE), para o **DETRAN/GO**, conforme descrito no - ANEXO II;

6.2.4. O percentual de 10% (dez por cento) para a PM/GO, através do FUNESP-SSP/GO, dos valores líquidos (após a dedução do valor citado nos itens 5.2., 6.2.1, 6.2.2 e 6.2.3) cujo Auto de Infração foi lavrado pelos Policiais Militares, em razão da disponibilização de seu efetivo necessário ao policiamento ostensivo de trânsito, em conformidade com o item 4.2. Deste Ajuste;

6.2.5. O restante para a **SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – SMT/VALPARAÍSO DE GOIÁS/GO**;

6.3. Os valores das multas aplicadas pelos demais Órgãos ou Entidades integrantes do **RENAINF** de outras Unidades Federativas, arrecadados pelo **DETRAN/GO**, serão assim distribuídos:

6.3.1. O percentual de 5% (cinco por cento) para o FUNSET;

6.3.2. O valor de R\$ 6,35 (seis reais e trinta e cinco centavos) para o **DENATRAN**, sendo R\$ 3,00 (três reais) referentes à gestão, administração e prestação de informações e R\$ 3,35 (três reais e trinta e cinco centavos) para custeio da infraestrutura de dados e comunicação destinados à circulação e disponibilização das bases de dados **RENAINF**, **RENAVAM** e **RENACH**, depositado na conta única do Tesouro Nacional, nº 170.500-8, banco 001, agência 4201-3, código identificador de depósito nº 20032000001008-2;

6.3.3. O valor de R\$ 13,30 (treze reais e trinta centavos) para o **DETRAN/GO**, sendo R\$ 11,00 (onze reais) referentes aos procedimentos operacionais e de sistemas e R\$ 2,30 (dois reais e trinta centavos) referentes a defesas de autuação e de recursos, depositado em conta corrente

indicado por este;

6.3.4. O restante para o Órgão Atuador integrante do RENAINF.

6.4. Os valores das multas aplicadas pelo **DETRAN/GO** ou pela **SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – SMT/VALPARAÍSO DE GOIÁS/GO** em veículos de outras Unidades Federativas, integrantes do RENAINF, e por elas arrecadadas serão assim distribuídas:

6.4.1. **O percentual de 5 % (cinco por cento) para o FUNSET;**

6.4.2. o valor de R\$ 6,35 (seis reais e trinta e cinco centavos) para o DENATRAN, sendo R\$ 3,00 (três reais) referentes à gestão, administração e prestação de informações e R\$ 3,35 (três reais e trinta e cinco centavos) para custeio da infraestrutura de dados e comunicação destinados à circulação e disponibilização das bases de dados do RENAINF, RENAVAL e RENACH, depositado na conta única do Tesouro, nº 170.500-8, banco 001 – Banco do Brasil, agência 4201-3, código identificador de depósito nº 20032000001008-2;

6.4.3. O valor de R\$ 13,30 (treze reais e trinta centavos) para o DETRAN (Estado de registro do veículo), sendo R\$ 11,00 (onze reais) referentes aos procedimentos operacionais e de sistemas e R\$ 2,30 (dois reais e trinta centavos) referentes a defesas de autuação e de recursos, depositado em conta - corrente indicado pelo respectivo Órgão;

6.4.4. O restante será distribuído em razão da competência e da autuação, se pelos Policiais Militares ou Agentes Municipais, nas seguintes proporções:

6.4.4.1. Se a infração for de competência do DETRAN/GO, autuada pelos Policiais Militares, este repassará o percentual de 10% (dez por cento) para a PM/GO, através da FUNESP-SSP/GO, em conformidade com o item 4.2. deste Ajuste, em razão da disponibilização de seu efetivo necessário ao policiamento ostensivo de trânsito, através de conta específica, dos valores líquidos (após a dedução do valor citado no item 6.2.2 e 6.2.3) ficando o DETRAN/GO com o restante;

6.4.4.2. Se a infração for de competência do DETRAN/GO, autuada pelos Agentes do Município, o DETRAN/GO repassará o percentual de 10% (dez por cento) para a **SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – SMT/VALPARAÍSO DE GOIÁS/GO** através de conta específica, dos valores líquidos (após a dedução do valor citado no item 6.2.2 e 6.2.3), ficando o DETRAN/GO com o restante;

6.4.4.3 Se a infração for de competência da **SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – SMT/VALPARAÍSO DE GOIÁS/GO** e autuada pelos Policiais Militares, será repassado o percentual de 10% (dez por cento) para a PM/GO, através da FUNESP-SSP/GO, dos valores líquidos (após a dedução do valor citado no item 6.2.2 e 6.2.3), em conformidade com o item 4.2. deste Ajuste, em razão da disponibilização de seu efetivo necessário ao policiamento ostensivo de trânsito, ficando a **SMT/VALPARAÍSO DE GOIÁS/GO** com o restante;

6.4.4.4. Se a infração for de competência da **SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – SMT/VALPARAÍSO DE GOIÁS/GO** e autuada pelos Agentes do Município será deduzido o valor citado no item 6.2.2 e 6.2.3, ficando a **SMT/VALPARAÍSO DE GOIÁS/GO** com o restante.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Compete aos Convenientes prestarem contas junto ao FUNSET, das respectivas parcelas correspondentes a 5% (cinco por cento) do total bruto arrecadado, dentro dos prazos e condições estabelecidos pela Resolução nº 637, de 30 de novembro de 2016, do CONTRAN.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA CONFECÇÃO DOS BLOCOS DE AUTOS DE INFRAÇÃO

Para o exercício das atividades previstas na Cláusula SEGUNDA deste Convênio, serão



confeccionados blocos numerados de Autos de Infração, em modelo próprio, conforme descrições do CTB, ficando cada convenente responsável pela confecção dos blocos de Autos de Infração de sua respectiva competência, porém a **SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – SMT/VALPARAÍSO DE GOIÁS/GO** deverá solicitar ao **DETRAN/GO** a sequência numérica dos blocos de Autos de Infração a serem confeccionados pelo Município, prestando contas destes sempre que requisitado.

#### **CLÁUSULA NONA – DO CONTROLE DOS REGISTROS CADASTRAIS**

Ao **DETRAN/GO**, sem prejuízo das demais Cláusulas, compete disponibilizar para a **SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – SMT/VALPARAÍSO DE GOIÁS/GO**, acesso às informações dos seus sistemas informatizados de controle dos registros cadastrais de veículos e de licenciamento anual e condutores habilitados, nos termos do inciso XIV, do Art. 22, do CTB, permitindo, assim, todas as consultas e eventual emissão de relatórios necessários ao interesse da Administração Pública, que visem ao perfeito controle e acompanhamento das multas recolhidas e a recolher, nos termos dos serviços contratados, conforme Planilha do ANEXO II.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA ATUAÇÃO DOS AGENTES MUNICIPAIS E DA POLÍCIA MILITAR**

A atuação dos Convenentes obedecerá às diretrizes e ao planejamento operacional traçados pela **SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – SMT/VALPARAÍSO DE GOIÁS/GO** e pelo **DETRAN/GO**, em conjunto com a **PM/GO**, ficando o comando a cargo de seus respectivos comandantes ou chefes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CADASTRAMENTO DO AUTO**

11.1. Os cadastramentos dos Autos cujas infrações sejam de competência do **DETRAN/GO**, autuadas pela **PM/GO**, cometidas no **MUNICÍPIO DE VALPARAÍSO DE GOIÁS/GO**, serão efetivados na **CIRETRAN** respectiva, desde que o Bloco seja de emissão e controle do **DETRAN/GO**.

11.2. Os cadastramentos dos Autos de Infração, cujas infrações sejam de competência do **MUNICÍPIO DE VALPARAÍSO DE GOIÁS/GO**, autuadas pelos seus agentes municipais ou pelos Policiais Militares, cometidas em seu Município, serão efetivados na respectiva **SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – SMT/VALPARAÍSO DE GOIÁS/GO**, desde que o Bloco seja de emissão e controle da **SMT/VALPARAÍSO DE GOIÁS/GO**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES**

Ocorrendo falta ou circunstância justificadora, os Convenentes poderão, em comum acordo e através de Aditamento, alterar ou complementar as condições estabelecidas neste Instrumento, a qualquer momento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos surgidos durante a execução deste Convênio, ou dele decorrentes, serão

solucionados de comum acordo entre os Convenentes, na forma da Lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA REVOGAÇÃO**

Este instrumento terá vigência por 60 (sessenta) meses, contados a partir da Data de sua outorga, podendo ser alterado a qualquer tempo, mediante Ajuste, ficando revogados os termos de ajustes anteriormente firmados, prevalecendo, no que couberem, as regras vigentes.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO**

A publicação do presente Convênio será efetuada em extrato no Diário Oficial do Estado de Goiás e no Diário Oficial do Município ou no PLACARD, pelos respectivos partícipes, atendendo ao disposto no Art. 61, Parágrafo Único, da Lei Federal nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DENÚNCIA**

O presente Convênio poderá ser denunciado por qualquer dos Partícipes, no caso de desinteresse em sua continuidade, pela superveniência de norma legal que impeça a sua execução ou conveniência do serviço público, mediante aviso prévio com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, sem que caiba qualquer indenização.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO REGISTRO**

O Presente Convênio deverá ser registrado no Tribunal de Contas do Estado de Goiás e no Tribunal de Contas dos Municípios, conforme competências dos Convenentes.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA GESTÃO DO CONVÊNIO**

18.1. A execução deste Convênio será acompanhada e fiscalizada por um Representante da Administração especialmente designado pela Diretoria de Gestão, Planejamento e Finanças e nomeada pelo Presidente do **DETRAN/GO**, através da Portaria nº 208/2018/GP/DO, em conformidade com o disposto no Art. 67 e parágrafos da Lei Federal nº 8.666/1993.

18.2. O GESTOR anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Convênio, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

18.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO**

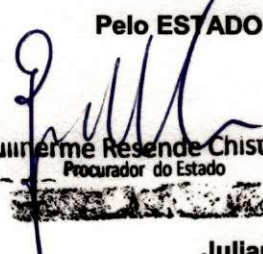
Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste Convênio, fica eleito pelos partícipes, o foro da Comarca de Goiânia/GO.

E, por estarem justos combinados e conveniados, os Partícipes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo elencadas.

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE GOIÁS -**

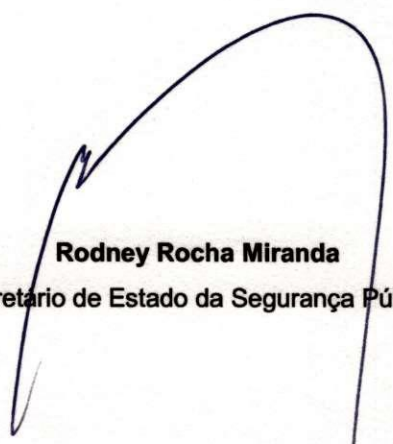
DETRAN/GO, em Goiânia, 09 dias do mês de Julho de 2019.

Pelo ESTADO DE GOIÁS:




Guilherme Resende Chistiano  
Procurador do Estado


**Juliana Pereira Diniz Prudente**  
Procuradora-Geral do Estado de Goiás



**Rodney Rocha Miranda**  
Secretário de Estado da Segurança Pública



**Marcos Roberto Silva**  
Presidente do DETRAN/GO



**Renato Brum dos Santos**  
Comandante Geral da PM/GO – Cel. QOPM

PELO MUNICÍPIO:



**Pábio Correia Lopes**  
Prefeito Municipal de Valparaíso de Goiás



**Antônio Cesar de Oliveira**  
Superintendente Municipal de Trânsito

Testemunhas:

1ª \_\_\_\_\_ CPF/MF nº \_\_\_\_\_

2ª \_\_\_\_\_ CPF/MF nº \_\_\_\_\_



### ANEXO I - PLANO DE TRABALHO

<b>Órgão/Entidade Convenientes :</b> Estado de Goiás/Secretária de Segurança Pública			CNPJ:01.409.606/0001-48	
Endereço: Avenida Anhanguera, nº 7.364, Setor Aeroviário			Telefone: 62 3201 – 1000	
Cidade : Goiânia	UF : Goiás	CEP : 74.432-300		
<b>Responsável:</b> Rodney Rocha Miranda		Cargo: Secretário de Estado	CPF/MF : 317.252.101-00	
RG/Órgão Expedidor: 753158 2º Via/SSP/DF		Função: Secretário de Estado		
<b>Polícia Militar do Estado de Goiás – PM/GO</b>			CNPJ:01.409.671/0001-73	
Endereço: Avenida Anhanguera, nº 7.364, Setor Aeroviário			Telefone: 62 3201-1456	
Cidade : Goiânia	UF : Goiás	CEP : 74.435-300		
<b>Responsável:</b> Renato Brum dos Santos		Cargo: Coronel PM/GO	CPF/MF : 601.375.761-53	
<b>Departamento Estadual de Trânsito de Goiás – DETRAN/GO</b>			CNPJ:02.872.448/0001-20	
Endereço: Avenida Atílio Corrêa Lima, s/n Cidade Jardim			Telefone: 62 3282-8028	
Cidade : Goiânia	UF : Goiás	CEP : 74.425-030		
<b>Responsável:</b> Marcos Roberto Silva		Cargo: Presidente	Função : Presidente	
RG/Órgão Expedidor: 31.530 OAB/GO		CPF/MF : 938.380.341-04		
<b>Município de Valparaíso de Goiás/GO</b>		CNPJ: 01.616.319/0001-09		
Endereço: Rua Desembargador Dr José Dilermando Meireles, Área Especial Norte			Telefone: (61) 3627-8953	
Cidade: Valparaíso de Goiás	UF : Goiás	CEP : 72.870-000		
<b>Prefeito:</b> Pábio Correia Lopes		Cargo: Prefeito	Função: Prefeito Municipal	
RG: 1639160 /SSP/DF -2º Via		CPF/MF : 816.435.861-49		
<b>Superintendência Municipal de Trânsito e Transporte– SMT</b>			CNPJ: 01.616.319/0001-09	
Endereço: Rua Desembargador Dr José Dilermando Meireles, Área Especial Norte				
Cidade: Valparaíso de Goiás	UF : Goiás	CEP : 72.870-000		
<b>Superintendente:</b> Antônio César de Oliveira		RG: 1198139 SSP/DF	CPF/ME: 490.332.041-34	

## 2 – DESCRIÇÃO DO PROJETO

**Identificação do Objeto:** Este Convênio tem por objeto estabelecer a cooperação dos partícipes na execução dos procedimentos que propiciem a execução da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, visando o fiel e pleno cumprimento no âmbito de circunscrição do **MUNICÍPIO DE VALPARAÍSO DE GOIÁS/GO**, no qual o Município delega poderes ao **DETRAN/GO** para cadastrar, notificar (exceto as multas atuadas por dispositivos eletrônicos), arrecadar e distribuir os valores provenientes da cobrança de multas de sua competência legal (segundo o Art. 24, do CTB e Resolução nº 66/98 – **CONTRAN**) aplicadas pelos agentes de trânsito do Município e/ou da Polícia Militar do Estado de Goiás, aos proprietários e condutores de veículos automotores, em virtude da infringência à Legislação de Trânsito.

### Justificativas da Proposição:

a) De acordo com o Art. 144, da Constituição Federal, a segurança pública, "dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio".

b) A administração estadual não possui, por si só, recursos suficientes para prestar um serviço de segurança pública que atenda às reais necessidades da comunidade goiana. Como medida alternativa, o Estado de Goiás, por meio da Secretaria da Segurança Pública, está firmando parcerias para implementação de ações que contribuam para maior efetividade das políticas de segurança em todo o território goiano. A participação municipal nas referidas ações revela-se, sem dúvida, uma alternativa promissora para melhorar a política de segurança pública estadual.

c) Essa propositura deverá refletir as políticas públicas relacionadas ao trânsito de veículos e de outros segmentos que proporcionem a redução dos acidentes de trânsito, minimizando suas consequências e quantitativos alarmantes. Educação no trânsito é a meta de todos os Partícipes para fomentar no seio da sociedade, um comportamento preventivo do cidadão e/ou motorista nas vias públicas.

## 3 – METAS

- 3.1. Dar segurança ao usuário na utilização do sistema viário, objetivando preservar vidas;
- 3.2. Reduzir o número de acidentes de trânsito;
- 3.3. Preservar o meio ambiente;
- 3.4. Proporcionar um trânsito em condições seguras;
- 3.5. Coibir o cometimento de infrações;
- 3.6. Mudar o comportamento do usuário da via.

## 4 – ETAPAS

- 4.1. Delegar poderes aos agentes da autoridade de trânsito Municipal e Estadual, no âmbito de suas circunscrições;
- 4.2. Disponibilizar ao Município, acesso às informações do sistema do DETRAN/GO, permitindo todas as consultas e emissão de relatórios que visem o perfeito controle e acompanhamento das multas recolhidas e a recolher, em virtude de infringência à Legislação de Trânsito;
- 4.3. Orientar, educar, fiscalizar e autuar o infrator de trânsito, pelos agentes de trânsito e policiais militares;
- 4.4. Cadastrar as infrações pelas autoridades de trânsito do Município e do Estado;
- 4.5. Arrecadar as multas e prenotar a respectiva pontuação no prontuário do condutor;
- 4.6. Aplicar os recursos, conforme item 05.

## 5 – PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS NO MUNICÍPIO, através da SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE DE VALPARAÍSO DE GOIÁS/GO (Conforme art. 320, do CTB):

- 5.1.1. Garantir o funcionamento e ordenamento administrativo e operacional do Sistema Viário Municipal, promovendo as condições de segurança e conforto necessárias aos condutores e pedestres e usuários

do sistema, em especial;

- 5.1.2. Garantir o perfeito funcionamento do sistema semafórico existente;
- 5.1.3. Manter e implantar a sinalização horizontal; Implantar e/ou repor a sinalização vertical de regulamentação e advertência e sinalização vertical indicativa; Custos viários
- 5.1.5. Desenvolver campanhas formais e informais de educação de trânsito;
- 5.1.6. Gerenciar transporte coletivo urbano, de cargas, escolar e transporte fretado;
- 5.1.7. Criar programas de eliminação dos pontos negros com a construção de sistemas alternativos para travessia de pedestres;
- 5.1.8. Adaptar o sistema de sinalização de forma a garantir o livre trânsito dos portadores de deficiências;
- 5.1.9. Desenvolver programa de pesquisas e estudos para melhoria do trânsito;
- 5.1.10. Executar a fiscalização e orientação do trânsito;
- 5.1.11. Ministrando cursos de aperfeiçoamento e reciclagem;
- 5.1.12. Adquirir equipamentos e veículos para a sinalização de trânsito;

**5.2. NO ESTADO, através da PM/GO(atravs do FUNESP-SSP/GO):**

Custos operacionais com policiamento, executar a fiscalização e orientação do trânsito, recursos humanos, aquisição de equipamentos e viaturas, campanhas educativas e informativas, conforme art. 320, do CTB;

**5.3. NO ESTADO, através do Departamento Estadual de Trânsito de Goiás – DETRAN/GO (conforme art. 320, do CTB):**

- 5.3.1. Desenvolver campanhas educativas e informativas de trânsito;
- 5.3.2. Adquirir equipamentos e veículos para fiscalização de trânsito;
- 5.3.3. Ministrando cursos de aperfeiçoamento e reciclagem;
- 5.3.4. Efetivar a manutenção de dados relativos às infrações de trânsito no cadastro de veículos do sistema informatizado;
- 5.3.5. Executar a fiscalização e orientação do trânsito; Custos Operacionais.
- 5.3.6. Desenvolver programa de pesquisas e estudos para a melhoria do trânsito;

**6 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (VALORES ESTIMADOS):**

O percentual de 05% (cinco por cento) do valor das multas de trânsito arrecadadas será destinado ao Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito – FUNSET, conforme Parágrafo Único, do artigo 320, do Código

de Trânsito Brasileiro e o restante terá o seguinte destino (\* ESTIMATIVA):

DESTINO DOS RECURSOS	%	LAVRADAS POR AGENTES E/OU PMs (R\$)	LAVRADAS POR DISPOSITIVOS ELETRÔNICOS (Estimativa)	TOTAL (R\$)
FUNSET	%	R\$ 43.321,42		R\$ 43.321,42
RENAINF	%	R\$ 12.831,45		R\$ 12.831,45
PM/GO via FUNESP-SSP/GO	%	R\$ 70.146,50		R\$ 70.146,50
DETRAN/GO	%	R\$ 108.810,60		R\$ 108.810,60
MUNICÍPIO	%	R\$ 631.318,47		R\$ 631.318,47
<b>TOTAL</b>	%	<b>R\$ 866.428,44</b>	<b>0,00</b>	<b>R\$ 866.428,44</b>

• **ESTIMATIVA:** Frota 2018 / 2019 – Fonte **DETRAN/GO** – cálculos de arrecadação de multas, considerando anos anteriores e estimando os próximos 12 (doze) meses.

## 7 – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

7.1 Estima-se, anualmente, a aplicação dos recursos da seguinte forma:

7.1.1. Pela PM/GO (através do FUNESP-SSP/GO), de conformidade com a Lei nº 14.750/2014, DE 22 de abril de 2004.

Custos operacionais com policiamento, recursos humanos, aquisição de equipamentos e viaturas, campanhas educativas e informativas.	R\$ 70.146,50
--	---------------

7.1.2. Pelo DETRAN/GO.

Campanhas educativas e informativas, aquisição de equipamentos e veículos; Cursos de aperfeiçoamento e reciclagem; Fiscalização e orientação; Manutenção de dados; Custos Operacionais.	R\$ 108.810,60
---	----------------

7.1.3. Pelo MUNICÍPIO DE VALPARAÍSO DE GOIÁS/GO/SMT.

Campanhas educativas e informativas; Aquisição de equipamentos e veículos; Cursos de aperfeiçoamento e reciclagem; Sinalização de trânsito; Fiscalização e orientação; Custos operacionais.	R\$ 631.318,47
---	----------------

## 8. PREVISÃO DE INÍCIO E FIM

A execução do objeto do presente Plano de Trabalho tem como duração prevista a data de início e fim do

Convênio a ser celebrado.

#### 9 . OBJETIVOS

O presente Plano de Trabalho tem por objetivo viabilizar a execução do Convênio, segundo as metas estabelecidas, nos termos da Legislação vigente.

Goiânia, 09 de junho de 2019.


#### APROVAÇÃO do Plano de Trabalho

#### Pelo ESTADO DE GOIÁS:

**Juliana Pereira Diniz Prudente**  
Procuradora-Geral do Estado de Goiás

**Rodney Rocha Miranda**  
Secretário de Estado da Segurança Pública

  
**Marcos Roberto Silva**  
Presidente do DETRAN/GO

  
**Renato Brum dos Santos**  
Comandante Geral da PM/GO – Cel. QOPM

#### PELO MUNICÍPIO:

  
**Pábio Correia Lopes**  
Prefeito Municipal de Valparaíso de Goiás

  
**Antônio César de Oliveira**  
Superintendente Municipal de Trânsito



**Anexo II****Planilha de custos de Serviços de Infrações**

Item	Descrição do Serviço	Valor sem Notificação
01	Bloqueio/desbloqueio de multas (administrativo ou Judicial)	0,80
02	Custo de manutenção de sistema por infração	0,88
03	Custo para emissão documento arrecadação	0,65
04	Custo para manutenção sistema arrecadação	0,85
05	Despesas bancárias - DOC eletrônico	0,50
06	Despesas bancárias para cobrar multa	1,50
07	Disponibilizar dados cadastrais do condutor	0,95
08	Disponibilizar dados cadastrais do veículo	0,95
09	Ger/Proc. Arq. "E3" p/Notificação de Penalidade (dados p/ impressão)	0,95
10	Ger/Proc. "E3" p/Notificação da Autuação (dados p/ impressão)	0,95
11	Ger/Proc. "E4" p/baixa (Pagto, Cancelamento) pelo DETRAN-GO	0,95
12	Ger/Proc. "E8" p/ atualização do Sistema de Controle de Infração	0,95
13	Ger/Proc. "E9" p/ Confirmação (Pagto, Cancelamento)	0,95
14	Ger/Proc. "R3" p/ Baixa (Pagto, Cancelamento) do Autuador	0,95
15	Infra-estrutura de atendimento (presencial e não presencial)	2,40
16	Registro de Recurso de Autuação (cadastro e baixa)	0,80
17	Registro de Recurso de Penalidade (cadastro e baixa)	0,80
	<b>TOTAL</b>	<b>16,78</b>

**ADESÃO AO SERVIÇO DE NOTIFICAÇÃO ELETRÔNICA – SNE\***

1- Registro de Notificação no Sistema de Notificação Eletrônica – SNE - R\$ 1,58 [1] por notificação

[1] Regulamentado pela Portaria nº 123, de 16 de junho de 2017, do DENATRAN.

**VISTOS**

\*Além do valor correspondente a R\$ 1,58 por registro de notificação eletrônica, será deduzido do valor de cada multa paga, inclusive, via SNE, o valor de R\$ 16,78, correspondente aos serviços descritos nos itens 1 ao 17, prestados pelo DETRAN/GO, conforme Planilha de Custos de Serviços acima.